

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 097

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de solicitar ao 2º Secretário a leitura da Ata da Sessão anterior, eu gostaria de, como presidente desta Casa, fazer uma observação a alguns amigos da imprensa: quando a Assembléia trabalha, alguns órgãos da imprensa falam que a Assembléia trabalha pois são projetos polêmicos no encerramento e no afogadilho. Nós temos aqui uma pauta e quem estabelece a pauta é o presidente, e, democraticamente, discute com as lideranças.

Então, quando se trabalha, deveria ser valorizado o trabalho que se faz. Se não trabalhamos somos criticados. Se trabalhamos demais, é no afogadilho. Eu não entendo às vezes a posição de certos membros da imprensa, que são nossos amigos, companheiros.

Nós temos, com certeza, a melhor cobertura possível aqui nesta Casa, que é feita por experientes jornalistas.

Mas queremos deixar também nossa posição a respeito dessas colocações.

Acho que a imprensa não pode pautar a Assembléia. Isto, o presidente não aceita: não aceita qualquer interferência externa nesta Casa, seja da imprensa, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário e qualquer segmento da sociedade. quem pauta a Assembléia, são os parlamentares.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob os nºs CTL/SEEG/182, 183, 184 e 194/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs

102/2001 - De autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 13, da Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre recursos do FEAS, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.166. **Anote-se. Arquite-se.**

459/98 - Do Tribunal de Justiça que, extingue e cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, o qual convertido em lei tomou o nº 13.167. **Anote-se. Arquite-se.**

003/2001 - Do Poder Executivo que, autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, no campo de sua especialidade, em outras Unidades da Federação, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.168. **Anote-se. Arquite-se.**

103/99 - De autoria do deputado Irineu Colombo que, dispõe sobre publicação que menciona, nos jornais com sede no Estado do Paraná, nas colunas de classificados com anúncios de acompanhantes e outros especificados, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.169. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/185/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/186/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/187/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 648/97, de autoria do

deputado Elio Rusch, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/188/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/189/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Neivo Beraldin, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/190/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 076/2001, de autoria do Poder Executivo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/191/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/192/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 052/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/193/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 114/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/472/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Edson Strapasson que pede esclarecimentos sobre Obras do projeto Aquífero Karst. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação e os Projetos nº 269, 261 e 160/2001.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

### REQUERIMENTO Nº 2227

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente REQUER a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, dos itens 18 e 19, projetos de Lei nº 002/2000 e 031/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

### REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão plenária.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

### REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da ata da presente sessão plenária, votos de pesar, pelo falecimento da senhora Avani Garbuio Jacomel, mãe do doutor José Roberto Jacomel, vice-prefeito e secretário da Saúde do município de Pinhais.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquela que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação aos seus semelhantes.

Requer, ainda, o envio de correspondência à família enlutada, sito à Avenida Camilo Di Lellis, 364, Centro- CEP 83.323-000 - Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

### REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações à Igreja Jesus é a Verdade, na pessoa do pastor Jacó de Vilas Boas, digno dirigente da igreja na cidade de Paranaguá, pela passagem de seu terceiro aniversário, que irá transcorrer no próximo dia 07 de julho.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Jesus é a Verdade, ao completar seu terceiro ano de evangelização no município de Paranaguá, por suas ações direcionadas aos seus fiéis e comunidade em geral nessa importante cidade portuária; Igreja essa dirigida pelo pastor Jacó de Vilas Boas, busca na doutrina, transmitir os ensinamentos cristãos ao povo, e

demonstrar o caminho do bem e da solidariedade humana.

#### REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao jornal O Estado do Paraná, pela passagem do seu 50º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor Paulo Cruz Pimentel, diretor-presidente do jornal O Estado do Paraná, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas, colaboradores e funcionários, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

A importância da imprensa na vida moderna é indiscutível, assim como sua influência decisiva na sociedade, seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação e também na participação para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Para nós, paranaenses, é muito importante mostrar o lado positivo do nosso Paraná, é ainda muito mais importante levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área da comunicação.

Sob a orientação segura do doutor Paulo Pimentel, o jornal O Estado do Paraná, tem sido modelo e exemplo de um valioso instrumento de ação da liberdade do nosso povo. O Paraná e sua história se confundem nesses 50 anos do jornal O Estado do Paraná, caminhando juntos sempre em defesa dos interesses paranistas e do pluralismo social garantidor das liberdades fundamentais do ser humano.

Um jornal assim deve ufanar-se, podendo comemorar seu aniversário sabendo que cumpre o papel de órgão formativo e informativo, assumindo compromissos que contribuam para o desenvolvimento e benefício social.

#### REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência à Secretaria de Estado dos Transportes, Polícia Rodoviária Estadual, Prefeitura Municipal de Curitiba e à Empresa Concessionária Rodonorte, solicitando o fechamento da transposição da rodovia BR-277, km 95.

Conforme dados fornecidos pela Polícia Rodoviária Estadual, desde o início do ano de 2000 até a presente

data, ocorreram no local 87 acidentes, resultando em 28 feridos e 2 mortos.

Baseados nestes dados e considerando o grande número de veículos que utilizam o retorno, bem como os que trafegam na rodovia, sugerimos que a transposição da rodovia seja realizada pelo túnel localizado 800 metros acima, que permite o retorno a Curitiba com segurança.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 289/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

#### Capítulo I

Da Assessoria Especial

Art. 1º - Fica criada a Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU, responsável pela execução da política estadual de integração à pessoa portadora de deficiência.

I - Compete à Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, oportunizar a execução da política a ser estabelecida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - o cargo de assessor especial para integração da pessoa portadora de deficiência será preenchido preferencialmente por pessoa com conhecimento na área da pessoa portadora de deficiência, sendo de livre nomeação pelo governador do Estado.

#### Capítulo II

Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa  
Portadora de Deficiência

Art. 2º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas voltadas a assegurar os direitos da pessoa portadora de deficiência, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Art. 3º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - formular política estadual para integração da pessoa portadora de deficiência, observados os preceitos legais;

II - apreciar e avaliar a proposta orçamentária da política;

III - estabelecer prioridades de atuação, auxiliando na definição da aplicação de recursos públicos estaduais

destinados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência;

IV - propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

V - oferecer subsídios para elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas portadoras de deficiência;

VI - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre fatos relacionados com a pessoa portadora de deficiência;

VII - incentivar, apoiar e promover eventos, estudos, debates e pesquisas sobre a questão das deficiências, voltados tanto à estrutura governamental como em geral;

VIII - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender a seus objetivos;

IX - incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

X - receber, de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares, todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

Art. 4º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência será composto por 12 integrantes nomeados pelo governador do Estado, da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes dos seguintes órgãos do Governo Estadual, indicados pelos seus respectivos titulares:

- a) Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;
- b) Secretaria de Estado da Saúde;
- c) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho;
- d) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;
- e) Secretaria de Estado da Educação;
- f) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

II - 06 (seis) representantes das instituições prestadoras de serviços nas seguintes áreas, indicadas pela Assembleia Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

- a) deficiência física (01);
- b) deficiência auditiva (01);
- c) deficiência mental (01);
- d) deficiência visual (01);
- e) condutas típicas (01);
- f) múltipla deficiência (01).

Parágrafo Único - Os representantes governamentais serão preferencialmente pessoas comprometidas com a causa da pessoa portadora de deficiência.

Art. 5º - As organizações da sociedade civil com representação estadual interessadas em integrar o Conse-

lho, deverão se inscrever junto a SEJU, para participação na Assembleia Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que será convocada 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, em primeira convocação, sendo as demais convocadas a cada 02 (dois) anos, pela Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. As entidades deverão comprovar documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicar seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - Na Assembleia serão indicados os representantes e respectivos suplentes, através de processo eletivo. Este processo obedecerá às disposições contidas em regimento interno o qual será discutido e aprovado pelos participantes antes do início da assembleia.

§ 2º - Na ausência de entidade com representação estadual em qualquer das áreas descritas no inciso II do artigo anterior, será indicada outra mediante eleição entre as demais organizações não governamentais.

Art. 6º - A Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em conjunto com a SEJU, ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do Colegiado.

Art. 7º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbido à SEJU adotar as providências para tanto.

Art. 8º - O desempenho da função de membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 9º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após as nomeações de seus membros elaborará o seu regimento interno, elegendo o seu presidente, vice-presidente e secretário geral.

Art. 10 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu regimento interno.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente as Leis nºs 13049, de 16 de janeiro de 2001 e 13117, de 21 de março de 2001.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Vivemos numa sociedade excludente.

O final do milênio exige novos conceitos e atitudes e criação de novos paradigmas.

Só se valoriza o que é melhor, e o mais capaz. Esse privilégio, entretanto, não é um parâmetro generalizado.

Aqueles que são mais capazes lutam na busca dos seus direitos e de seus espaços. Os menos capazes, ficam na marginalidade até por desconhecerem seus direitos.

Os profissionais, a sociedade civil, denominam o paradigma ideológico que caracteriza o alvorecer do século XXI, como o século da “inclusão”.

Por inclusão se entende que as políticas, os programas, sociais e comunidade devem organizar-se, planejar-se, desenvolver ou adiantar-se para garantir a não exclusão, e o desenvolvimento pleno livre e independente de todos os PPD, num contexto de reconhecimento sobre a importância de facilitar: o acesso igualitário, a solução de problemas na própria comunidade e alternativa menos institucionalizadas possível.

É necessário que se decodifique e transfira para a realidade de ação, na qual estamos inseridos, as mudanças que ocorrem no mundo, associado à evolução do conceito político e ético sobre o PPD.

Ninguém mais invente na deficiência.

É necessário ultrapassar a deficiência, limitação e aceitar as diferenças, capacidades e necessidades do cidadão.

Direitos humanos requer a adoção de uma conscientização específica, que reflita nova visão da deficiência, como resultado da integração da sociedade a uma nova visualização das políticas sociais. A partir das perspectivas dos direitos humanos de ser valorizada essa inter-relação de forma coordenada e articulada entre os diferentes setores e atores.

É difícil, mas é desafiante lutar contra as dificuldades. Não podemos esquecer que uma pessoa se torna incapaz a oportunidade de que goza, a sociedade lhes nega por causa da deficiência. Essa atitude da sociedade é que gera a exclusão.

As políticas públicas devem direcionar uma linha filosófica no Estado, e precisa cada vez mais estreitar laços com as entidades sociais, que desenvolvem seus trabalhos com o PPD em nome do Estado.

Em razão da falta de eixo que estabeleça objetivos claros, onde se inclua projetos coletivos, ações conjuntas, avaliações sistemáticas, gestos empresariais, etc... é necessário buscar um equilíbrio entre: racionalização de estratégias, procurando manter a identidade social da entidade e garantindo sua missão histórica na construção da cidadania.

A missão institucional dessa coordenadora seria: coordenar as ações governamentais e medidas que refiram ao PPD como um órgão eminentemente de defesa de direitos a coordenador das ações inter-secretariais. Estaria frente a responsabilidades pela elaboração da Política Estadual de integração dos PPD trabalhando com todas as secretarias de Estado e operacionalizando na política social.

Falta neste momento no Estado do Paraná, que já goza de excelente conceito no panorama nacional, uma

política estadual para integração das PPD, onde as linhas mestras de ação teriam uma só linguagem. Hoje cada organização defende seus interesses próprios, divergem filosoficamente, lutam e sofrem sozinhas.

E por último, valendo-se da legislação que incentiva a incrementação nos Estados, conforme prescreve o Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regula a Lei nº 7.853 de 24 de dezembro de 1989.

## PROJETO DE LEI Nº 290/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, a criar no bairro CIC, em Curitiba, uma Escola de Segundo Grau com Qualificação Profissional, com denominação de “Colégio de Ensino Médio e Profissionalizante Frei Miguel.

Art. 2º - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo, através das Secretarias de Estado da Educação e do Emprego e Relações do Trabalho, a realizar convênios e parcerias com a Prefeitura Municipal de Curitiba, Autarquias, Fundações, Federações, Associações, Sindicatos, entidades representativas de Classes e instituições privadas, com o intuito de viabilizar, gerir e operacionalizar a referida instituição, voltada à formação educacional do educando, possibilitado sua qualificação e/ou requalificação profissional, oportunizando a geração de rendas.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva eliminar ou ao menos diminuir na vida do aluno e trabalhador, o fantasma do desemprego que atualmente assusta e marginaliza grande parte de nosso povo, pois certamente o desemprego tem nas suas principais raízes, a falta de formação escolar e qualificação profissional dos cidadãos.

Através de parceria a ser viabilizada entre o Poder Executivo e a Prefeitura Municipal de Curitiba, esta disponibilizará o imóvel, em condições adequadas de uso, para abrigar e sediar o Colégio de Segundo Grau e de Qualificação Profissional no bairro da CIC, em Curitiba.

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, terá a incumbência de dirigir e manter o mencionado “Colégio de Ensino Médio e Profissionalizante Frei Miguel”, bem como dotá-lo de corpo docente a desenvolver suas atividades curriculares e cumprir as metas estabelecidas para o ensino regular de Segundo Grau.

A realização de parcerias e convênios que poderão ser celebrados pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, com entidades que lá prestam esse

tipo de qualificação técnica profissional com notáveis resultados, para participarem na formação do corpo técnico/docente, e na elaboração dos programas de formação profissionalizante, qualificar ainda mais essa empreitada voltada ao atendimento, principalmente do carente, que é desprovido de recursos e meios para se autoformar e qualificar.

Com a implantação do Colégio de Segundo Grau e Centro de Oportunidades de Qualificação Profissional e Geração de Rendas, ao invés de mais uma escola nos moldes tradicionais, será uma instituição voltada entre outros objetivos, a estimular e promover, com qualidade, a escolarização dos alunos; preparação dos jovens e/ou adultos ao mercado de trabalho, qualificando-os ou requalificando à atividade profissional, inclusive àquele que laboram por conta própria ou em regime de empresa familiar; despertar ou recuperar a auto-estima dos alunos, preparando-os efetivamente ao exercício da cidadania.

As ações governamentais estão proporcionando a industrialização do Paraná, e as exigências do mercado do trabalho, atreladas à globalização da economia e à realidade do Mercosul, exigem do trabalhador, além de melhor formação nos bancos escolares, sua capacitação e qualificação profissional, e o aprendizado de idiomas, como principalmente o inglês, francês e espanhol, e conhecimentos de informática, condições indispensáveis à obtenção de uma vaga no quadro funcional das grandes empresas instaladas em nosso parque fabril.

Ainda, este projeto de lei tem como público alvo, principalmente a comunidade carente de Curitiba e sua região metropolitana, que *per si* não dispõem de recursos financeiros para custear as despesas com educação e formação profissional, quer próprias como de seus filhos.

A essa realização, uma verdadeira conquista do povo trabalhador da região Metropolitana de Curitiba, em especial da região Sul da Capital, que concentra o maior parque industrial do Estado, densamente habitado e que oferece, somente na Cidade Industrial de Curitiba, duzentos e cinquenta mil postos de trabalho diretos e indiretos, oportunizará, certamente, que semelhantes obras, igualmente importantes, sejam implantadas e otimizadas em todo o nosso Estado.

Pelo exposto, e pelo grande alcance social que beneficiará o nosso laborioso povo, solicitamos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto que ora apresentamos nesta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 291/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a criar na estrutura do Departamento da Polícia Civil, o 3º Distrito Policial do município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

#### JUSTIFICATIVA:

Cascavel conta atualmente com apenas dois distritos policiais para atender toda a população cascavelense, número este suficiente para o bom desenvolvimento das atividades da Polícia Civil, que apesar de todos os esforços, não consegue conter o aumento significativo do número de delitos.

Entendemos que a instalação desse novo distrito policial deva, preferencialmente, ocorrer em local estratégico que venha a atender os bairros: Interlagos, Tarumã, Floresta e Braz Madeira, os quais são os mais afetados pela presença e atuação de marginais. Essa ação de elementos perigosos que proliferam na região chegam ao conhecimento do órgão de segurança local que, em muitos casos, não consegue atender satisfatoriamente as ocorrências, pela falta de recursos humanos e materiais. Com a criação de um novo distrito, todo o município será beneficiado, uma vez que haverá um esforço na estrutura policial e um maior número de policiais e servidores que garantirão maior agilidade no trâmite dos inquéritos, proporcionando um atendimento mais eficaz à população e uma proteção mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo oradores no Pequeno Expediente...

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para comunicar à Casa que no ritmo de trabalho da Assembléia nesses últimos dias, a Comissão de Redação Final esteve reunida desde às 9h15min, 9h20min da manhã de hoje, dando os últimos retoques aos projetos votados ontem e possibilitando que possamos, no dia de hoje, concluir os trabalhos.

Quero agradecer aos deputados Orlando Pessuti, Custódio da Silva, Antonio Carlos Belinati, que, com este parlamentar, aprovaram uma série de projetos que estarão na Ordem do Dia, certamente na Ata de Sessão Extraordinária ainda para manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero cumprimentar a Comissão de redação, pelo belíssimo trabalho que tem feito, em realmente colaborar com o andamento dos projetos na Casa, dando oportunidade para que possamos fazer, como foi feito, nesse semestre, aqui, o andamento de vários projetos na Casa.

Parabéns, Algaci, e a todos os companheiros de Comissão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem senhor presidente.

Quero inscrever-me no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência está inscrito, nobre deputado. É sempre um prazer ouvi-lo.

Solicito ao 1º Secretário, que proceda à leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(**Procede à leitura do expediente**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupo a tribuna, nesta manhã, sem agitação, como pediu o 1º secretário Valdir Rossoni, para fazer uma análise que após a determinação de votar contra a venda da Copel, nos levou a ter uma posição diferenciada aqui no Plenário da Assembléia Legislativa.

Analisando o trabalho que faz a Oposição, nesta Casa, analisando o procedimento de todos os companheiros aqui nesta Casa, nós temos a declarar que realmente a Oposição faz um brilhante trabalho, digno do nosso reconhecimento, trabalhou de forma conjunta e sempre procurou fazer com que participássemos, deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência que é o líder da Oposição, das decisões com relação à atuação da Oposição aqui nesta Casa.

Mas, senhor presidente, tem se falado muito em bloco independente, bancada independente e muitas vezes têm se calado, inclusive, que independente era alguém que não tivesse posição. Não é verdade. Independente, é a possibilidade que tem o parlamentar de discutir e votar a favor de determinada matéria e contra outra matéria, se achar que for importante, mas não dizer que não tenha posição. Aliás, a nossa posição, dos deputados que pertenciam à base de governo e que passaram a ter outra postura pela discussão, com relação à questão da Copel, que achamos emblemática, que achamos decisiva para o Paraná, e por tudo isso nos colocamos frontalmente contrários à posição do governo, de vender a estatal e passamos a ter então uma posição mais afinada com a Oposição do que com a Situação.

Quero colocar aqui, fruto de uma reflexão que fizemos, baseados bastante nestas discussões que ocorreram na Casa, ontem, da nossa decisão, deputado José Maria, Vossa Excelência que pertence ao nosso partido e que sempre esteve aqui, na Oposição, da nossa posição, minha e de alguns companheiros, de formalizar, a partir de agosto, realmente, quem sabe, senhor presidente, mas um bloco independente, formalizado que pudesse ter as prerrogativas de bloco parlamentar, estabelecido na Casa, porque, pode ser até que o regimento possa não permitir, tendo em vista que todos nós pertencemos a partidos diferentes, não o mesmo partido, o que poderia formar, ou todos os blocos, ou todos os deputados de um partido

formar um bloco com a totalidade de deputados de outro partido.

Então, senhor presidente, a partir do mês de agosto, na primeira semana, vamos passar a ser independentes na Assembléia. E quero repetir: não vamos ficar em cima do muro em absolutamente nada, talvez a imprensa possa nos questionar, mas eu fiquei muito chateado, ontem, com algumas posições deste Plenário.

Não gostaria de discutir agora as razões pelas quais estou colocando estas posições, mas, mais precisamente em agosto, quando formalizaremos o nosso bloco independente, que não é independente nas posições; é independente na atuação, e isto tem que ficar claro, via de regra podemos continuar votando todas as matérias junto com a Oposição, mas estaremos votando independentemente quer seja de Situação, quer seja de Oposição aqui nesta Casa.

Portanto, gostaria de deixar registrado essa posição, dizer que nós não temos absolutamente nada contra o trabalho da Oposição, mas ontem, neste Plenário, já de algumas reflexões que vinham fazendo, nos deixou extremamente perplexos e com algumas dúvidas com relação a votações aqui adotadas.

Então, era esse o comunicado que eu gostaria de fazer, e dizer que nesse bloco de parlamentares estão os deputados Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Tony Garcia, Renato Gaúcho e também posso afirmar o pastor Edson Praczyk, e quem sabe alguns outros parlamentares que possam fazer parte desse grupo independente.

Obrigado por esta oportunidade, senhor presidente, era o que tinha a registrar nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PSB, PST, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PMDB.

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu fiquei em dúvida aqui a respeito de algumas palavras pronunciadas pelo deputado Augustinho Zucchi. Talvez pela exigüidade do tempo, estamos no final deste período legislativo e o deputado Augustinho Zucchi, deu uma arranhada na questão, que no meu entendimento deixa dúvidas aqui.

Quais foram as coisas que aconteceram ontem aqui que deixaram-no chateado como diz ele?

Gostaria que ele, em relação a nós da Oposição, fosse bem claro, porque a Oposição nesta Casa - e eu tenho me pautado na Liderança nesse sentido - tem tido absoluta convicção das suas posições. Nós temos agido com extrema transparência nas discussões que têm acontecido aqui.

Todos os assuntos, senhor presidente, senhores deputados, que foram objeto de discussão, tiveram a posição clara das Oposições. Eu gostaria sim, de dizer que nós temos muitas dúvidas a respeito de determinadas posições que são tomadas aqui na Casa.

O que é que nós fizemos ao longo deste semestre? Reconhece o deputado que temos discutido as questões que são pertinentes à nossa bancada de Oposição.

Nós fizemos oposição do governo estadual ao governo federal. Deixamos de maneira muito clara toda essa posição nossa.

Ontem, assuntos polêmicos foram tratados aqui. Tivemos por exemplo, uma overdose de discussões desses problemas policiais que me causam desconforto até para discutir esses temas.

Ao longo da minha caminhada, procurei me submeter às determinações partidárias, aos programas dos partidos. Ontem mesmo, quando estive aqui o governador do Rio de Janeiro, entrei na defesa daqueles que o vaiaram, porque a via, no nosso entendimento é uma manifestação extremamente democrática. Muitas vezes não tem outra saída a não ser esse tipo de protesto. E o governador Garotinho que esteve aqui, é alguém que está se especializando em pular de partidos, de maneira seguida.

Quando falei para o governador, pedindo o seu apoio para que pudéssemos ter leis de fidelidade partidária, é para que não acontecessem essas coisas que temos todos os dias.

Os partidos são o quê? Postiços, muitas vezes fabricados por interesses de grupos econômicos, inclusive. E estamos vendo aquilo que vai acontecer: o PSB que tem um S de socialista, que tem uma posição contra a venda das empresas estatais de energia, quero ver como é que vai ficar a bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa. Esses são os questionamentos.

É por isso que precisamos fazer uma reforma política muito profunda. Ontem, por exemplo, a Oposição via em determinados substitutivos, a maior atenção para os objetivos da sociedade no campo da Polícia Civil. Se discutiu aqui. A Oposição fica de que maneira? Vota com aquela pretensa oitiva que fizer da sociedade e não atende, na realidade, aqueles que querem fazer da polícia uma instituição não tão aberta como está hoje, a corrupção e os desmandos que se praticam todos os dias neste Estado do Paraná.

Então, se tivéssemos partidos com cara de partidos não teríamos esse pula-pula que todos os dias vemos aqui. Porque às vezes apenas e tão somente, numa Sessão, vemos 3, 4 posições diferenciadas a respeito de um assunto. Isso mostra o quê? A precariedade partidária. Por que acontece isso? Porque basta um desentendimento e as pessoas já estão indo para os outros partidos.

É preciso sim, que acima de Oposição, acima das bancadas independentes que poderão se formar, porque a independência, muitas vezes está dentro de todo e qualquer partido aqui representado. Quer dizer, são as posi-

ções particulares, pessoais, momentâneas e os interesses pontuais que os políticos têm a respeito dos mais variados assuntos.

Eu propugnei, sempre, para que tivéssemos, acima de um membro do partido, o interesse do partido. Vejo assim: acima do padre, a igreja. Acima do militar, o Exército, a instituição. Acima do interesse particular de qualquer deputado, a instituição, o Poder Legislativo. E já começo a fazer, aqui, uma espécie de balanço. Esta Casa, muitas vezes, não ficou atenta às prerrogativas que são próprias dela, se submetendo a interesses de outro Poder. Isso não faz bem ao Poder Legislativo, que deve ser independente.

Portanto, falo no Horário do PMDB, para me surpreender nas entrelinhas daquilo que ficou no ar. O que é que aconteceu ontem, aqui, de nebuloso ou de duvidoso? A Oposição sempre se pautou por um mesmo caminho: o caminho da convicção, que deve fazer, por exemplo, oposição ao Governo, a esse minoritário que está de posse do Governo do Estado e quer destruir a Copel, quer colocá-la nas mãos de interesses particulares que se sobreporão aos interesses mais importantes, que é de toda a comunidade do Paraná.

Gostaríamos, senhor presidente, de aprofundarmos estas discussões. Por que é que os Partidos não têm força em cima dos seus membros e, vão falar que é essa a independência? Não! Não é por aí. A proposta deve ser uma. Os componentes dos partidos devem obedecer às diretrizes emanadas dos seus partidos. Se não, nós temos centenas e centenas de partidos de pseudos donos daquilo que deve ser, na realidade, propriedade de segmentos da sociedade.

Voltarei para discutir esse assunto dentro da bancada da Oposição, dentro da Assembléia, porque acho que devemos colocar acima de todos nós os interesse do Paraná, o interesse da Assembléia Legislativa que deve se afirmar como um Poder independente. E muitas vezes a Assembléia Legislativa não se comporta dessa maneira.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência ocupa, neste momento, o Horário das Oposições.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Se for decisão nossa.

Existe aqui nesta Casa, um erro. Muitas vezes a Presidência, por vários presidentes, falam como se estivessem fazendo um favor para conceder um horário! Não! O Horário é nosso; se nós resolvermos usar o Horário da Liderança das Oposições nós usaremos. Não será a Presidência que vai conceder o Horário que é nosso, para que nós mesmos possamos falar!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Só para informar que Vossa Excelência já usou o Horário do Partido e esgotou 5min. Vossa Excelência já

extrapolou em 10min o vosso tempo. Consulto se Vossa Excelência quer usar o Horário da Liderança das Oposições.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, nós vamos usar o Horário da Liderança das Oposições.

**O Sr. Moysés Leônidas (Aparte)**

Deputado Waldyr Pugliesi, queria, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência e pela sua experiência, - que não é muito maior do que a minha - dizer-lhe o seguinte: Estou vendo, desde ontem, alguns companheiros, e agora Vossa Excelência, preocupado com o PSB.

Com todo respeito quero dizer-lhe que cuide do seu PMDB e deixe que nós cuidemos, com maturidade, do PSB. E digo mais a Vossa Excelência: o seu partido - PMDB, está votando com Fernando Henrique Cardoso, neste caos que o País está.

Então, tem alguns deputados, que não é o seu caso, que usam de oportunismo para tentar indispor colegas, aqui, numa clara demonstração de falta de urbanidade e de companheirismo. Sei, por exemplo, de informações, que tem deputado da sua bancada, que está tratando da questão da Copel com o Governo: se não for para votar, vai viajar no dia. Como aqui ninguém decidiu voto ainda, muito menos o PSB, porque não votamos a Copel. Quero pedir no dia, numa verificação de quórum, para saber se os seus companheiros estarão aqui ou estarão viajando. Então vamos parar com esse negócio. Cuide Vossa Excelência do PMDB, com todo o respeito, que o PSB é um partido maduro e saberá cuidar de si mesmo. Agora, tentar indispor companheiros, isso estou falando como membro do partido, acho isso até um desrespeito: não votamos nenhuma questão, ainda. Nunca disse o meu voto com relação à Copel. Sempre fiz o movimento e trabalhei. Estou vendo agora a situação dos demais companheiros.

A posição pragmática do partido é uma posição respeitável. Então, acho que com esse tipo de coação, está se querendo ganhar mídia em cima de companheiros. E, pela experiência que Vossa Excelência tem essas coisas não são boas.

Agora, se for para falar de partidos estou com vergonha do PMDB, nacionalmente, apoiando ao Fernando Henrique.

Não dá para ficar sem falar, porque tem uns senhores que estão aqui espremendo os companheiros do PSDB numa posição - não sei se têm uma posição de um lado ou de outro; é leproso.

Acho que aqui tem que ter respeito.

O SR. WALDYR PUGLIESI

O deputado Moysés Leônidas está confundido as coisas, não estou me...

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Não estou confundindo, Vossa Excelência se referiu ao PSB, deselegantemente, ontem, na sua colocação. Agora, dos meus companheiros, tenho que fazer a defesa, e também do partido!

O SR. NEREU MOURA

Também, tem uma: o deputado Nereu Moura não está nem na conversa, com todo o respeito.

Essa mania...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

A minha prática é não me meter em assuntos de outros partidos. Agora, quando se discute política, é preciso que se fale naquilo que está acontecendo; estou falando em relação ao PSB só para mostrar a contradição.

Como é que pode um partido, que tem uma decisão nacional contra a venda das estatais, ver, como eu vi, entrevistas dos seus membros, dizendo: “Não, esse é um problema particular nosso, aqui do Paraná.”

Senhor presidente, não me meto nos assuntos internos de outros partidos, quanto à sua atuação. Para a atuação partidária nossa, é necessário também que falemos a respeito desses assuntos. O que estou dizendo aqui é o seguinte: esse Brasil tem dois partidos, na sua grande maioria, que não são partidos coisa nenhuma, são agrupamentos de interesses particulares. Muitas vezes vemos o grande capital se apropriar de partidos para formar Bancada, para virem aqui dentro, jogar para baixo a atuação política, fazendo com que minoritariamente, pequenos núcleos, foco, venham a dizer que estão representando a sociedade.

Quando Vossa Excelência fala em relação ao PMDB, esquece que ontem ainda falei para o governador Garotinho, que me sentia desconfortável, por exemplo, em ver dentro do PMDB elementos como o senhor José Sarney, como vi, em determinadas épocas, a entrada de pessoas que, se dependessem daquela maioria, que é a base, nunca entrariam. Fui presidente do partido durante muitos anos e coloquei uma tranca nas portas para impedir a entrada de muitos que, eu sabia, iriam emporcalhar a vida partidária.

O PMDB caiu nesse sentido de se diminuir, porque recebeu pessoas que não têm nada a ver com aquilo que está no nosso programa, nas nossas qualificações maiores, que é a defesa da sociedade.

Senhor presidente, quando falei das questões partidárias, cheguei em determinada cidade: vocês são a favor da reforma agrária?

“-Somos”.

“-Bom, vocês estão apoiando o senhor Abelardo Lupion, e são favoráveis à reforma agrária! O Papa da UDR!

É essa a falsidade que não dá para tolerar na vida partidária. Aliás, o deputado que me aparteu, até hoje, ele que costuma puxar as orelhas das pessoas em todos os cantos, não se decidiu ainda a respeito do problema da Copel. É um problema dele, e eu respeito.

Mas, é uma posição nebulosa...

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Quero dizer o seguinte: respeito é bom e todo mundo gosta!

Fui eleito para tomar decisões aqui de conformidade com a consciência. O que não gosto e não fica bem, é ficar aqui falando do “rabo” de alguém, quando o PMDB, a nível nacional, está me fazendo passar vergonha como cidadão. Já participei do PMDB antigo, e agora esse tipo de moralismo em cima de colegas que, às vezes, querem ganhar na conversa, no grito, pensando que aqui tem gente... aqui não tem ninguém bobo, todo mundo sabe se defender, inclusive, através da verve, através da palavra.

Então, acho uma questão até de respeito. De repente, indisponho um companheiro e faço humilhação, a execração pública dele, como se eu fosse o pai da verdade! Olha, a razão é o cavalo do diabo!

#### O Sr. Nereu Moura

Deputado Pugliesi, quero falar duas coisas: a primeira, sobre as insinuações do deputado Augustinho Zucchi em relação aos fatos que teriam ocorrido aqui nesta Casa, ontem. Esses fatos no nosso entendimento, foram dos mais transparentes, porque nós nunca participamos de qualquer jogo que não seja o da verdade, para nos posicionarmos em relação a esse ou àquele projeto. A Oposição, o PMDB do Paraná, e quero falar do deputado Moysés Leônidas que eu falo do meu Estado, que tenho orgulho de pertencer, partido que, quando foi governo, deixou marcas de austeridade, de seriedade e que tem uma posição muito clara. O nosso senador, o nosso Líder do nosso partido, em momento algum se alinhou ao Governo Federal; muito pelo contrário. Tenho orgulho de fazer parte do PMDB do Paraná pela posição do nosso Partido, pela linha que temos adotado, pela maneira como temos encarado as coisas do nosso Estado.

Com relação ao PMDB nacional, são outros quinhentos. O PMDB do Paraná faz oposição ao PMDB Nacional. Somos considerados, pelo PMDB nacional, os filhos rebeldes; não concordamos com a postura das lideranças do PMDB nacional.

Por isso, quero deixar claro que falamos aqui pelo nosso MDB “velho de guerra”, pelo nosso partido.

E dizer mais, deputado Pugliesi, o jogo democrático permite que, às vezes você tenha que ceder, no caso, por exemplo, ontem, da Polícia Civil. Entramos em entendimento, sim, democrático, buscando fazer uma lei que atenda ao povo do Paraná, sem nenhum favorecimento a esse ou àquele. O que queremos, é uma lei, não para o governo Jaime Lerner, mas para o Estado do

Paraná, e o substitutivo do deputado Ricardo Chab, melhorado pelo deputado Durval Amaral, era uma lei que merecia a nossa aprovação, e votamos favoravelmente, para mostrar que não estamos aqui, com o pensamento de dizer: quanto pior melhor. O que queremos é um Paraná cada vez melhor.

Desta forma, quero que fique muito claro, que, se fato houve aqui nesta Casa, que tenha denegrido qualquer parlamentar, que eles sejam explicitados, para que fique claro o que aconteceu neste Poder no dia de ontem, senão ficam dúvidas em relação a este parlamentar ou àquela bancada, e isso é muito ruim.

Por isso, tem vossa Excelência a minha inteira solidariedade, para continuar nessa mesma linha de raciocínio.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Concede-me um aparte, deputado?

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicitamos ao orador que conclua o seu pronunciamento.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Gostaria de dar oportunidade para que o nosso caro companheiro, Augustinho Zucchi, pudesse me apartear: eu o citei. Aliás, o pronunciamento que eu faria hoje seria totalmente diferente desse, e foi só em função do deputado Augustinho Zucchi, que me direcionei assim.

Então, gostaria que Vossa Excelência, que tem sido tão tolerante, tenha mais essa tolerância na questão do tempo, para que o deputado pudesse me apartear.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Obrigado, deputado Waldyr Pugliesi, e gostaria de reafirmar o que falei ali. A nossa análise é de conjuntura. Enalteci o trabalho da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, e quero fazer justiça, o que disse na imprensa agora há pouco.

Com relação a Vossa Excelência, eu o conheço de longa data, o seu procedimento nesta Casa, na minha opinião, é irretorquível, não tenho absolutamente nada a comentar. A nossa atuação, deputado, é que tem tido alguns problemas, porque nossas bancadas não têm tido uma postura unitária. E não estou condenando isto, também.

Então, na verdade, o que queremos - e quero deixar claro isso, porque já surgiu em outras vezes que se falou em bloco independente: “Ah, é um bloco independente para negociar não sei o quê!” Não é para negociar nada. Seremos independentes na atuação, jamais na posição. Quer dizer, teremos a nossa posição colocada claramente aqui, e disse que Vossa Excelência sempre fez esforço para que todos nós estivéssemos juntos na discussão. O que comentei em relação a ontem, não especifiquei porque acho que não é necessário dizer, deputado, o que discordei ou o que deixei de discordar. Conjunturalmente,

ontem discordei de muitas coisas que nós não tivemos assento para discussão, e que foram a debate, cujas posições depois, não foram especificamente do nosso entendimento.

Foi essa questão, deputado Waldyr Pugliesi, e por isso gostaria aqui de dizer que Vossa Excelência, como líder da Oposição, sempre procurou - repito o que falei ali - nos participar daquilo que estava sendo debatido e discutido.

Agradeço a Vossa Excelência por este aparte e quero registrar esta posição para que não parem dúvidas. mas, a nossa posição de independência não será uma posição de negociação, será de atuação independente como bloco de parlamentares que irão agir conjuntamente, mas de forma independente.

Muito obrigado!

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, para terminar, quero dizer o seguinte: não é fácil ser líder das Oposições e nem do Governo; nada é fácil. Tenho me comportado, procuro trabalhar no sentido daquilo que nos aproxima e deixando em segundo plano aquilo que nos afasta, para termos, pelo menos, um ponto de unidade para caminhar. Eu mesmo, como líder, tenho a obrigação de ouvir o conjunto das Oposições e muitas vezes a minha posição pessoal não é majoritária dentro da bancada, mas me submeto à decisão coletiva. É desta maneira que eu ajo.

Quero reafirmar aqui todo o apreço que tenho pelo deputado Augustinho Zucchi, e deixar aqui uma palavra no sentido que possamos, nós todos, da Assembléia, caminhar no sentido das discussões para melhorarmos, a atuação dos partidos e termos mais, vamos dizer assim, coisas concretas em relação à atividade política, senão fica todo esse jogo solto: olha, eu sou independente, é a minha consciência, sabe, as bases me pediram...

Esse é o pano de fundo para encobrir todas as posições, que, muitas vezes, não são nem decentes nem honestas.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PFL.

(Declina)

PSDB.

Com a palavra, o deputado Sérgio Spada.

#### O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Recebi uma correspondência do vereador Gilmar Andreola, de Foz do Iguaçu, através da qual pede providências urgentes de todas as autoridades, a nível do Estado, a nível nacional, para tentar evitar que o vizinho país, Paraguai, cometa um ato que vai prejudicar muito mais, ainda, a sociedade paranaense, brasileira, por quê? Porque, se efetivamente, o Paraguai fizer o que está dizendo, certamente todos nós vamos pagar um preço por isso.

As notícias que temos da região da fronteira, o acompanhamento que fazemos, do outro lado, inclusive, no Paraguai, é que o governo paraguaio vai simplesmente legalizar os quatrocentos e cinquenta mil carros que foram roubados, furtados do lado brasileiro. E, de forma lógica e coerente, tão logo o governo paraguaio anunciou essa legalização, o aumento do furto, de roubos de carros em Foz do Iguaçu, duplicou. Não é para menos.

Quer dizer, o vizinho país Paraguai, uma república independente, é natural, teria autonomia para isto, mas estaria cometendo um ato não só deselegante, mas desrespeitoso. E, mais do que isto, dando um atestado para o crime organizado em todo o Paraná e em todo o Brasil, porque sabemos que os carros que são roubados no Paraná e no Brasil, estão indo para o Paraguai - a sua grande maioria - e o que é pior, muitos deles, no vizinho país, estão sendo trocados por drogas que acabam vindo para o Brasil.

Quer dizer, as autoridades paranaenses, as autoridades brasileiras não podem admitir fazer vistas grossas para este caso, muito embora ele esteja acontecendo no vizinho país, num país independente, porque as repercussões destes atos vão acabar estourando exatamente aqui na região da fronteira do Paraná com o Paraguai, do Paraná como um todo, e até mesmo do Brasil.

Atendendo um apelo do nosso vereador, da comunidade de Foz do Iguaçu, estou encaminhando documento ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil, ao próprio Presidente da República, que são os canais competentes, para que tomem providências, ajam junto ao governo paraguaio, para que não cometa este desatino, de legalizar estes carros roubados no Paraná e no Brasil, que estão indo aos montes para lá, onde são vendidos por pouco dinheiro.

Para se ter uma noção, deputado Edno Guimarães, um carro que vale vinte e cinco a trinta mil reais no Brasil, no Paraguai vale dois, três, cinco mil reais, a preço de banana, eu diria assim. Então, é um crime que compensa. E são as quadrilhas do lado brasileiro, mancomunadas com as do lado paraguaio, que estão fazendo este tipo de barbaridade.

Com muito prazer, concedo aparte ao deputado Edno Guimarães.

#### O Sr. Edno Guimarães

Deputado Sérgio Spada, estamos, atentamente ouvindo seu pronunciamento dessa denúncia do vereador que o senhor está atendendo, encaminhando.

Quero dizer-lhe que, em Cianorte, agora há poucos dias, foi desbaratada uma quadrilha que trabalhava no desmanche, remarcação de chassis, cortando-os e emendando-os. Num só dia foram apreendidos doze caminhões. Doze! Algumas caminhonetes também. E a perícia trabalhando, fazendo o levantamento, a pesquisa, para ver daonde eram os caminhões. Houve caminhões que foram roubados, foram para o Paraguai, retornaram,

foram remarcados no Brasil, para serem vendidos aqui, novamente!

Esta é uma prática principalmente na região de fronteira do nosso país: Foz do Iguaçu, Noroeste do Paraná, Guaíra, esta região toda. Isto tem acontecido. E nós temos ainda, muitos desmanches, facilitando este trabalho de roubo, desmanche, vai e volta, remarcação. Acho que a Polícia, o Secretário de Segurança do Paraná, têm que estar atentos. E tinha informante à quadrilha, que trabalhava dia e noite, sem parar. E uma família de tradição na nossa cidade de Cianorte, que tem alguém que foi político, de nome e renome, isto não é segredo para ninguém, porque todos os jornais de grande circulação divulgaram, existe informação dentro da Polícia Civil, na Delegacia, que informava quando alguém estava indo lá investigar, ver se pegava caminhões remarcados, chassis remarcado.

É da Polícia Militar, um sargento que coordenava todo este trabalho de roubo de carros, e isso não faz tempo, dez ou quinze dias. Já foi substituído o delegado. Está sendo substituído o comandante da Polícia Militar. Mas, veja bem, que isto é uma prática na nossa região, que tem afligido a população brasileira. Acho que o governo tem que dar um basta nisso, tomar providências drásticas. Acredito que agora, com esse novo Estatuto da Polícia Civil, isso vai fechar as portas, porque ninguém quer perder o emprego. Esse trabalho, esse pronunciamento seu, vem na hora certa.

Quero me somar com Vossa Excelência e deixar registrada a roubalheira que existe ainda, na zona de fronteira do Brasil-Paraguai-Argentina, na região Noroeste e Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Muito obrigado, deputado Edno Guimarães.

Tenho um minuto para encerrar.

Concedo ao deputado Custódio, com muito prazer, esse minuto que me resta.

**O Sr. Custódio da Silva**

Nobre deputado Sérgio Spada, quero parabenizá-lo pela preocupação que traz hoje, nesta Casa. É bom alertar, deputado, que não é só no Paraná que são assaltados esses carros e levados ao Paraguai; é do Brasil inteiro.

Precisamos, deputado, tomar todas as providências cabíveis, porque já se formou “cartel” e tem “gente grande” envolvida nessa situação: é o “ganho fácil”. E o governo paraguaio é que vai regulamentar esses carros! É uma vergonha isso para o governo brasileiro, permitir que o Paraguai faça essas regulamentações.

Então, quero cumprimentá-lo e colocar a minha pessoa à sua disposição, para um ato de repúdio contra o governo do Paraguai.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado, deputado Custódio.

Para finalizar, a legalização dos carros roubados no Paraguai, é um acinte, uma desfaçatez, um descaramento total, é a legalização do roubo no país vizinho. Mas, naturalmente, isso vai servir de incremento, porque é o crime que compensa: vultosas somas de dinheiro correndo e alimentando o crime organizado em todo o Brasil, com o apoio muito forte do país vizinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PTB. Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós demos entrada nesse projeto de lei. Acreditamos que é de fundamental importância esse projeto, que vem de encontro, senhor presidente, à qualificação profissional dos trabalhadores de Curitiba e do Paraná.

Estamos deixando também, nesse projeto, uma brecha para qualquer município do Paraná: município em desenvolvimento, com empresas; pode também, fazer esse projeto de lei, em parceria com o prefeito dos seus municípios.

Gostaria de fazer um apelo aos deputados desta Casa, nossos pares, que nos ajudem a aprovar esse projeto, porque vem de encontro à qualificação profissional, colocando, sim, o cidadão, preparado para o mercado de trabalho.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Temos um requerimento sobre a mesa, subscrito pelo deputado Ademar Traiano: “O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto do artigo 101, §4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Plenária.

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Atendendo o requerimento, conforme aprovado pelos senhores deputados, passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1995. COM PARECER DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

LUIZ ACCORSI

Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães e Antonio Baratter

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA

PROPOSIÇÃO Nº 35/2000

#### P A R E C E R :

##### Relatório

Através do Ofício nº5185/96, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a este Poder o Parecer Prévio, referente à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1995.

##### Fundamentação

Em duto parecer, de autoria do conselheiro Nestor Baptista, este entendeu que as referidas contas estão em condições de merecer aprovação.

Assim, em 10 de dezembro de 1.996, aquele tribunal aprovou por unanimidade o parecer acima citado.

##### Conclusão

Isto posto e pelas razões acima apresentadas, é o nosso parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício de 1995.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

LUIZ ACCORSI

Relator

#### O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem)

Presidente, o líder da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, em entendimento com a Bancada da Situação, está encaminhando um requerimento solicitando a retirada da pauta dos itens 18 e 19.

Está sendo encaminhado. Gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação o requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação o requerimento, pedindo a retirada da presente sessão, dos itens 18 e 19.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Resolução nº 031/2000.

Um voto contra, do deputado Valdir Rossoni.

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1992. COM PARECER DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.992.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

ANTONIO ANIBELLI

Relator

Apoioamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro, Edgar Bueno, Plauto Miró Guimarães e Luiz Accorsi.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA

PROPOSIÇÃO Nº 028/94

#### P A R E C E R :

##### Observação Inicial

É de se lamentar que um processo de grande responsabilidade como este, tramite nesta Casa com tanta morosidade e tamanha displicência, inclusive sem o mínimo cuidado na juntada da documentação, sem despacho, sem a numeração e autenticação das folhas.

Na capa do Protocolo nº 1500 de 03.05.93 do Tribunal de Contas, consta que foram anexados ao processo

09 (nove) volumes, entretanto, aqui encontramos somente 02 (dois).

Do acima descrito, é facilmente perceptível, falhas crônicas no modo do manuseio e juntada da documentação que proporcionam desordenamento, acarretando, via de consequência, na dificuldade para a análise das contas.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar ao senhor presidente desta Comissão, determinar a regularização deste, e, providenciar para que outros processos despachados à Comissão de Tomada de Contas, tramitem com todos os requisitos aqui anunciados.

Analisando a documentação constante deste processo de prestação de contas referente ao exercício de 1.992, apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, constatamos o seguinte:

01) O processo chegou a esta Casa, acompanhado do Ofício nº A.T.G. 0722/93 de 13/04/93 e protocolado sob nº 3117 de 15/04/93;

02) No mesmo dia 15/04/93, o senhor presidente desta Casa exarou o seguinte despacho: I - Protocole-se - II - A.D.A. para acusar o recebimento e incluir no expediente, III - Encaminhe-se ao egrégio Tribunal de Contas para parecer prévio;

03) Em 19 de abril/93, pelo Ofício nº 1493/93/DA/CE/SC, o senhor presidente desta Casa acusou o recebimento do Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao Exercício de 1.992;

04) Em 28 de abril de 1993, pelo Ofício C.P. 133/93 o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa encaminhou ao Tribunal de Contas onde recebeu o Protocolo nº 01500 de 03/maio/93;

05) No dia 07/07/93, o processo retornou do Tribunal de Contas recebendo o Protocolo nº 7212;

06) Somente em 25/02/94, recebeu o Senhor Presidente, o seguinte despacho:

I - Inclua-se no expediente;

II - à D.L. para encaminhar à Comissão de Tomada de Contas;

07) Com data de 14/03/93 (entendemos ser 14/03/94), o Senhor Presidente da Comissão de Tomada de Contas, designou o senhor deputado Arlindo Troian como relator;

08) Não existe no processo nenhum parecer do relator designado, senhor deputado Arlindo Troian;

09) Neste processo, não consta nenhum documento que a Comissão de Tomada de Contas tenha se reunido para tratar do assunto;

10) Em 22/junho/94, o senhor deputado Mário Bezerra, elaborou um voto em separado e requereu em Plenário o encaminhamento do mesmo ao Tribunal de Contas;

11) Com data de 31 de outubro de 1994, pelo Ofício nº 1943/94, o senhor presidente do Tribunal de Contas encaminhou a esta Casa a informação nº 251/94 da Inspeção Geral de Controle daquela Corte.

12) Finalmente: Com despacho datado de 13 de novembro de 1995, do atual Presidente da Comissão de Tomada de Contas, senhor deputado Valdir Rossoni, este deputado foi designado relator;

13) A Diretoria de assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas, em seu Parecer nº 2.469/93 DATJ de 16 de junho de 1993, fls. - 57 a 70 emitiu o seguinte Parecer: “*Ex vi Positis*, concluo no sentido de que a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, atinente ao exercício financeiro de 1992, de responsabilidade de Sua Excelência o senhor governador Roberto Requião, encontra-se em condições de receber parecer prévio favorável deste Tribunal, observadas as considerações acima esposadas se assim entender válidas o ilustre Plenário”.

14) A Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado em longo parecer contrário às fls. 71 com nº 19.803/93 datado de 25 de junho de 1993, finalizou assim: “De todo o exposto, este Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná opina no sentido de que a Prestação de Contas do governador Roberto Requião, exercício de 1992, merece parecer prévio deste egrégio Tribunal de Contas, favoravelmente à sua aprovação por parte do Poder Legislativo”.

15) Em 02 de julho de 1993, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná por maioria decidiu:

“Resolução nº: 17.514/93

Protocolo nº: 15.000/93

Origem: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Interessado: Governador do Estado do Paraná.

Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 1992.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná por maioria,

RESOLVE:

I - Preliminarmente, acatar a proposição do Conselheiro João Féder, no sentido de realizar auditoria operacional, relativamente às despesas com publicidade, efetuadas pela administração estadual, particularmente informando o seguinte:

01) Quais as agências beneficiadas com a dispensa de procedimentos licitatórios?

02) Quais os proprietários das mencionadas agências?

03) Qual o procedimento adotado com referência à remuneração efetivada junto às empresas publicitárias?

Votaram com a preliminar os Conselheiros Cândido Martins de Oliveira, João Cândido Pereira da Cunha Pereira, Nestor Baptista e Quielse Crisóstomo da Silva.

O Conselheiro Artagão de Matos Leão, manifestou-se contrariamente. (Voto vencido).

II - Aprovar o parecer prévio elaborado pelo relator, conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, referente à Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, relativa ao exercício financeiro de 1992.

O relator foi seguido pelos conselheiros João Feder, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva e Artagão de Mattos Leão.

O conselheiro Cândido Martins de Oliveira, recomenda a não aprovação do parecer prévio, de conformidade com as razões expedidas em seu voto escrito, anexo. (Voto vencido)”

16) Em resposta ao voto em separado requerido pelo senhor deputado Mário Bezerra, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná pelo Ofício nº 1943/94 de 31 de outubro de 1994, prestou o seguinte esclarecimento:

Informação nº 251/94 - IGC

Assunto: Prestação de Contas do Governo Estadual - Exercício de 1992

Senhor Presidente:

A propósito dos relatórios faltantes, descritos quando da análise da Prestação de Contas do Governo Estadual, relativas ao exercício financeiro de 1.992, consoante instrução nº 46/93-IGC, permita-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência o seguinte:

a) Não se tratou de ausência de prestação de contas, mas de relatórios administrativos.

b) A ausência de Relatórios não prejudicou a análise das contas do governo, tendo em vista que a relação esposada referia-se a Entidades da Administração Indireta. Essas entidades prestam as suas contas separadamente à do Executivo, e bem assim, o Tribunal de Contas emite o seu juízo isoladamente, portanto, não influenciando o Parecer Prévio.

c) Os Relatórios faltantes foram posteriormente encaminhados, permitindo a análise integral das respectivas contas.

17) Nas apreciações finais do parecer prévio do Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas, Doutor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, relator deste processo, extraímos o seguinte:

8 - Parecer Prévio

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fundamentado no disposto no artigo 75, I, da Constituição Estadual, artigo 23 da Lei nº 5615/67 e 51 do seu Regimento Interno; e,

Considerando que as contas do Governador do Estado, do exercício financeiro de 1992, foram apresentadas de acordo com a disciplina exigida pela Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

Considerando que as receitas arrecadadas e as despesas realizadas estão consentâneas com a Lei de Orçamento aprovada pelo Poder Legislativo;

Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a demonstração das Variações Patrimoniais e os anexos complementares revelam toda a configuração numérica da Receita e Despesa;

Considerando que as conclusões deste parecer prévio não elidem a apuração de responsabilidade pessoal dos gestores públicos, da administração direta, nem o julgamento, por este Tribunal, das contas dos administradores das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas,

Sociedades de Economia Mista, Órgãos de Regime Especial e Fundos Especiais,

RESOLVE, emitir parecer prévio recomendando a aprovação, pela Assembléia Legislativa, das contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1992, apresentadas pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 02.07.1993.

Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira  
Relator

### Conclusão

18) Pela análise e pelas transcrições dos pareceres da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos do Tribunal de Contas - da Procuradoria Geral junto aquele Tribunal - Do parecer prévio do senhor Relator do Tribunal de Contas, conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, finalmente do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná todos favoravelmente a aprovação das Contas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1992. De tudo isso, encontramos um único voto contrário do Conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira, que foi voto vencido no Plenário daquela Corte de Contas.

Finalizando, o nosso parecer é favorável à aprovação das contas referentes ao exercício financeiro de 1992, apresentadas pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva, governador do Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

Conforme requerimento de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, acima aprovado, fica retirado da Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 002/2000.

### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear lesões por esforços repetitivos - LER no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CSP. EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/2001, de autoria do deputado Cleiton Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade

Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina - ADEFIL, com sede e foro no município de Londrina-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Mão Amiga - AEMA, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ribeirão Clarense de Canoagem, com sede e foro no município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste e foro no município de Tuneiras do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Karatê-Do Tradicional, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente e Recreativa Olympique, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utili-

dade Pública "O Projeto Renascer", com sede e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que concede o Título de Cidadania Honorário à doutora Zilda Arns Neumann, coordenadora da Pastoral da Criança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada "Pilcha Gaúcha". PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CE. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2001, que autoriza o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, passando sua vinculação à Secretaria de Desenvolvimento Urbano. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 135/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2001, que dispõe sobre diretrizes para elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2002. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 135/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

## Capítulo I

### Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28.12.99 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2002.

§ 1º - Devem ter prioridade os programas e obras que já estejam iniciados e não deverá ser consignada dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

§ 2º - Os programas em execução com financiamento externo devem ter prioridade na alocação dos recursos requeridos como contrapartida, merecendo destaque os que apóiem ações voltadas para o combate à pobreza, a segurança pública, a geração de trabalho e renda, avanços na educação e na saúde, saneamento ambiental, atração de novos investimentos, agroindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico.

## Capítulo II

### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) **Programa:** instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

b) **Atividade:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) **Projeto:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) **Operações Especiais:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas com suas respectivas dotações indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

- RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOURO - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

00 - ordinário não vinculado;

05 - resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;

12 - retorno do Prosam;

13 - títulos do Tesouro Estadual;

23 - renda do fundo penitenciário;

24 - multas e taxas de Saúde Pública - Funsaude;

25 - venda de ativos e/ou devolução de capital subscrito;

26 - contribuições compulsórias para a Previdência Social;

27 - multas e taxas de Defesa Sanitária - Feap;

28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;

29 - taxas de Polícia - Funrespol;

31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

32 - pesquisa científica e tecnológica;

38 - taxa ambiental;

39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

41 - retorno de programas especiais - FDU

CONVÊNIOS DO TESOURO - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

07 - Convênios com Órgãos Federais;

33 - Convênios com o Exterior.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOURO - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

14 - Operação de Crédito Interna - Não Vinculada;

20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada;  
 30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 meses/Bird;  
 34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Prosam/Bird;  
 35 - Operação de Crédito Externa vinculada - PQE/Bird;  
 36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Proem-BID;  
 37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;  
 40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental- Paranásan/JBIC;  
 42 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano;  
 44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Solidarietà.

**SALÁRIO EDUCAÇÃO** - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

16 - Cota-parte da Contribuição do Salário Educação - Cota Estadual.

**FUNDEF** - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

**RECURSOS DE OUTRAS FONTES** - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

50 - diretamente arrecadados;  
 51 - operação de crédito interna;  
 52 - operação de crédito externa;  
 53 - cota-parte das rendas das loterias estaduais;  
 54 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;  
 55 - transferências da União - SUS;  
 56 - reposição florestal - Serflor;  
 70 - aumento de capital social;  
 81 - convênios com órgãos federais;  
 82 - convênios com órgãos do Estado;  
 83 - convênios com o exterior;  
 84 - outros convênios;  
 92 - cota-parte da contribuição do Salário Educação - cota federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### DESPESAS CORRENTES

. Pessoal e Encargos Sociais  
 . Juros e Encargos da Dívida  
 . Outras Despesas Correntes.

#### DESPESAS DE CAPITAL

. Investimentos  
 . Inversões Financeiras

. Amortização da Dívida  
 . Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2002 à Assembléia Legislativa.

Art. 8º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Parágrafo Único - As obras previstas no *caput* deste artigo deverão estar identificadas da seguinte forma: Nova (N), em Andamento (A), Paralisada (P).

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das autarquias, fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e nos Serviços Social Autônomos, no que se refere aos recursos públicos e fundos, conforme disposto no Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias conforme determinação da

Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

### CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado

Art. 10 - A elaboração do projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2002, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, dos planos, orçamentos, bem como, mensalmente à arrecadação total do mês anterior do ICMS, incluindo a parcela dos municípios.

Art. 11 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 12 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo.....5,0%  
- Poder Judiciário.....8,5%  
- Ministério Público.....3,3%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 04.09.2001, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30.06.2001, podendo ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) e novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2001, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30.06.2001.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executadas;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 17 - A receita de recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos

municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 18 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08.03.2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação, sob a forma de distribuição de receitas.

Art. 19 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2002 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$9.982.500.000,00 (nove bilhões, novecentos e oitenta e dois milhões e quinhentos mil reais), a preços de 30.06.2001, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 20 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos e Serviço Social Autônomos.

Art. 21 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 22 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 23 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

§ 1º - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investi-

mento, só terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

I - A Mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Assembléia Legislativa, conterá quadro demonstrativo dos recursos do Tesouro do Estado transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, previstos no § 2º deste Artigo.

Art. 24 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridades na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 25 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20.07.2001, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º.07.2001, a serem incluídos no orçamento de 2002, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º.07.2001, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 26 - Todas as despesas com publicidade e propaganda deverão ser destacadas na classificação funcional de cada órgão, obedecido ao disposto na Portaria-STN nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 27 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no Art. 12 desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitais, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º.07.2001;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 30 desta Lei.

Art. 28 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um Órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até	5%
Secretaria de Estado da Integração Regional	até	2%
Secretaria de Estado do Governo	até	3%
Produtoria Geral do Estado	até	1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até	4%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL	até	9%
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	até	13%
Secretaria de Estado da Fazenda	até	9%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA	até	13%
Secretaria de Estado de Obras Públicas	até	1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social	até	1%

Secretaria de Estado da Segurança Pública	até	18%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	até	3%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até	5%
Secretaria de Estado da Cultura	até	5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família	até	6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho	até	3%
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo	até	7%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até	15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	até	4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	até	12%
Secretaria de Estado dos Transportes	até	25%
Secretaria Especial da Política Habitacional	até	10%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	até	5%

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 29 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 30 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação de Lei Orçamentária.

Art. 31 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de

passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no artigo 20, nos dois último quadrimestres do exercício de 2001, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito, conforme determina o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária**

Art. 32 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2001, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrente de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

#### **Capítulo V**

##### **Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com BASE na Receita Corrente Líquida**

Art. 33 - O pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguinte percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - Atendendo o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, contabilizadas como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior. O disposto neste parágrafo aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite de despesas com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§ 4º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º - O Estado poderá fazer reposição salarial desde que respeitados os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2001 e a estimativa para 2002, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores e empregados públicos deverão constar como "Outras despesas de Pessoal", obedecendo critérios previstos no parágrafo 3º do artigo 32 desta lei e ao que dispõe o artigo 72 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 35 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

#### **Capítulo VI**

##### **Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito**

Art. 36 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 37 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2002, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

## **Capítulo VII**

### **Disposições Transitórias**

Art. 38 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2002, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 39 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá conter dotação orçamentária conforme especificado

## **Capítulo VIII**

### **Demais Disposições**

Art. 40 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá destinar dotação específica, com o fim de promover o desenvolvimento econômico do litoral do Paraná, incentivando o turismo, a agricultura, a pesca e a atividade portuária.

Art. 41 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 15 desta Lei.

Art. 43 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2002, os anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 44 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 46 - O Poder Executivo fica autorizado a proceder na elaboração dos Orçamentos para 2002, as alterações provenientes de Reformas Administrativas, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2002 - à Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às novas instituições de ensino superior e às faculdades que venham ser estadualizadas.

Art. 44 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.2001

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

## **Anexo I**

### **Metas Fiscais**

#### **1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior**

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal firmado em 30 de outubro de 1998 entre o governo do Paraná e a União e reavaliado durante o primeiro quadrimestre do corrente ano de 2001, constitui-se no marco norteador do processo de equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná e na referência principal a ser tomada em conta na elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2002.

O cumprimento das metas pactuadas no Programa foi verificado por missões técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional, em trabalho conjunto com a equipe econômico-financeira do governo estadual, estando em fase final de estudos e definições a projeções das metas do Programa de Ajuste Fiscal para o triênio 2001 - 2003, as quais, conforme já assinado, balizarão a proposta orçamentária para o próximo ano.

O eixo fundamental do ajuste fiscal do Estado passa pela capitalização da Parana Previdência no final deste exercício de 2001, conforme previsto na Lei Orçamentária respectiva, combinando-se o regime contributivo atuarial com a cobertura do déficit previdenciário reconhecido na Constituição Estadual (artigo 38 das Disposições Transitórias), mediante o aporte de recursos provenientes da venda de ativos do Estado, conforme previsto na lei estadual autorizativa e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel irá propiciar a capitalização da Parana Previdência e, conseqüentemente, a redução dos gastos do Tesouro Especial com inativos e pensionistas, criando condições para recuperação da capacidade de investimento do Estado nos programas prioritários para a população paranaense.

No mesmo sentido, a reforma administrativa iniciada em janeiro de 2001 a ser completada ao longo deste ano, bem como assunção, pela Parana Previdência, do pagamento da folha de aposentadorias e pensões, irá recompor os percentuais dos gastos do Tesouro Estadual com pessoal, situando-os dentro dos limites requeridos pela Lei. Fica, entretanto, assumido como regra geral, o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios,

com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carreiras de base, nas áreas prioritárias da atuação do Estado, especialmente na área da segurança pública.

As variações patrimoniais relacionadas com a origem e aplicação dos recursos de desestatizações deverão refletir, nos orçamentos anuais, as metas indicadas na revisão do Programa de Ajuste Fiscal.

## 2. Renúncias Fiscais

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75 e no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como a criação ou a elevação de despesas obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da referida Lei Complementar nº 101, não ocorrerão no exercício de 2002, motivo pelo qual se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assinalamos que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado não envolve a renúncia de qualquer parcela de arrecadação preexistente, que pudesse gerar hiato de recursos e exigir cortes de outras despesas ou elevação de outras receitas. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através do crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perda ou redução, que seriam as hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal, previstas na Lei Complementar nº 24/75.

Por outro lado, o parcelamento da cobrança de receitas tributárias, por concessão de moratória prevista nos artigos 152 a 155 - A do Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 25.10.66), ou a sua eventual canalização, nos termos da lei estadual nº 9.895, de 08/01/92, por via orçamentária, para o apoio a programas de industrialização, não só atende ao requisito da prévia geração de receita fiscal para suporte das ações de fomento, como também - pela natureza dessas aplicações - não estarão elas catalogadas como elevação de despesa de caráter continuado.

Nessa linha de raciocínio, e em harmonia com a própria orientação da política de reestruturação e de ajuste fiscal adotada em todo o país com o apoio do Governo Federal, ganha particular relevo a atuação da Agência de Fomento do Paraná S.A. e de Fundo do Desenvolvimento Econômico do Estado.

## 3. Evolução do patrimônio líquido

No período compreendido entre os exercícios de 1999 a 2000, foram alienados ativos do Estado no valor de R\$3.300.168.888,41 (três bilhões, trezentos milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), destacando-se a venda de ações do Banestado, com o mon-

tante de R\$1.613.452.366,73 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil, e setenta e três centavos), o qual foi utilizado integralmente na amortização da dívida proveniente do saneamento do Banestado, a antecipação dos Royalties, compreendendo R\$1.679.356.521,68 (um bilhão, seiscentos e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), que possibilitou a capitalização da Paranaprevidência com títulos públicos, cujos rendimentos já estão sendo apropriados; e, R\$7.360.000,00 (sete milhões, trezentos e sessenta mil reais) de devolução de capital subscrito da Paraná Investimentos, que foram utilizados de acordo com a legislação pertinente.

Quanto ao Patrimônio Líquido, os Poderes e o Ministério Público, deverão dar continuidade à implantação de sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

## 4. Metas fiscais

O esforço fiscal proposto pelo Estado é demonstrado nos quadros de metas fiscais, ao final apresentados, onde parte em 1999 de um resultado primário negativo, na ordem de 0,27% do Produto Interno Bruto - PIB, alcançando, a partir do ano de 2000, resultados sempre positivos.

As despesas para o período de 2002 a 2004 estão projetadas de forma a se ajustarem às disponibilidades de receitas para o atingimento do equilíbrio financeiro estadual.

As receitas de ICMS foram projetadas para o período de 2002 a 2004 levando-se em consideração um crescimento anual de 75% da variação do PIB uma inflação anual de 3,5% para 2002, 2,3% para 2003 e 2,3% para 2004, além do incremento obtido como esforço fiscal.

### Anexo II

#### Riscos Fiscais

Relativamente aos riscos fiscais, baseados na avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do Estado, tal como previsto no Artigo 4º, parágrafo 3º, da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a avaliação completa somente poderá ocorrer após deliberação final de matérias em tramitação no Congresso Nacional, tal como a Reforma Tributária, e do desfecho de feitos judiciais em que o Estado é parte, como os referentes a contribuições previdenciárias de inativos e pensionistas, e ao pagamento, pela União, do precatório judicial decorrente da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

A privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, propiciará a capitalização da Paranaprevidência, neste exercício, dando condições

ao Tesouro Estadual de melhor atender a programas prioritários. Desta forma, caso não ocorra a referida privatização no corrente exercício, será necessário redimensionar as projeções, para 2002, das receitas e despesas à conta do Tesouro Estadual.

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
(Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)  
**QUADRO I**

<b>RECURSOS DO TESOIRO - VALORES CORRENTES</b>												
Especificação	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receita Líquida	4.415.587	7,06%	5.073.073	7,17%	5.213.276	6,63%	5.694.275	6,52%	6.060.038	6,25%	6.205.875	5,76%
2.Despesas	4.587.000	7,33%	4.397.466	6,22%	4.982.815	6,34%	5.135.391	5,88%	5.268.505	5,43%	5.236.707	4,86%
3.Resultado Primário (1-2)	-171.413	-0,27%	675.607	0,96%	230.461	0,29%	558.884	0,64%	791.533	0,82%	969.168	0,90%
4.Juros da Dívida	85.000	0,14%	448.000	0,63%	509.000	0,65%	486.000	0,56%	522.000	0,54%	525.255	0,49%
5.Resultado Nominal (3-4)	-256.413	-0,41%	227.607	0,32%	-278.539	-0,35%	72.884	0,08%	269.533	0,28%	443.913	0,41%

Em R\$1.000 Médios de 2001

<b>RECURSOS DO TESOIRO - VALORES CONSTANTES</b>												
Especificação	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receita Líquida	5.224.639	7,06%	5.275.996	7,17%	5.213.276	6,63%	5.501.715	6,52%	5.723.469	6,25%	5.729.430	5,76%
2.Despesas	5.427.459	7,33%	4.573.365	6,22%	4.982.815	6,34%	4.961.730	5,88%	4.975.897	5,43%	4.834.668	4,86%
3.Resultado Primário (1-2)	-202.820	-0,27%	702.631	0,96%	230.461	0,29%	539.985	0,64%	747.572	0,82%	894.762	0,90%
4.Juros da Dívida	100.574	0,14%	465.920	0,63%	509.000	0,65%	469.565	0,56%	493.009	0,54%	484.929	0,49%
5.Resultado Nominal (3-4)	-303.395	-0,41%	236.711	0,32%	-278.539	-0,35%	70.419	0,08%	254.563	0,28%	409.832	0,41%

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
(Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

**DEMONSTRATIVO DO SALDO DEVEDOR APURADO E PROJETADO DA DÍVIDA CONTRATUAL**

**QUADRO II**

Especificação	<b>SALDO DEVEDOR</b>					
	31/12/1999	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004
Dívida Interna	7.395.845	6.525.362	6.330.119	6.128.354	5.961.063	5.778.248
Dívida Externa	1.217.414	1.455.431	1.471.686	1.586.104	1.798.522	1.692.886
Total da Dívida Contratual	8.613.259	7.980.793	7.801.805	7.714.458	7.759.585	7.471.134

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a

extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos em que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086 de 19.06.2001).**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 058/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão e outros, que denomina Prefeito Plauto Guimarães o trecho da PR-438 que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016 de 14.03.2001).**

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a Doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, imóvel situado nesta capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044 de 24.04.2001).**

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa, do presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, vereador Nereu F. Sene, da vereadora professora Laurinha que aqui está também, dos vereadores Silvio Hassen, Vilmar Macari, Dirceu Pereira e Leonir Favín, além do doutor Renato, que é assessor jurídico daquela Câmara Municipal.

Gostaria de agradecer a presença dos nobres vereadores da cidade de Pato Branco que aqui estão nos visitando hoje pela manhã.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado.

Sobre a mesa,. Requerimento nº 2220, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2224, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2225, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2226, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2230, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.